

Advogado virou programador? Como a hype prejudica o uso correto da IA

Tenho acompanhado com bastante atenção tudo o que se fala sobre inteligência artificial na advocacia. E, quanto mais acompanho, mais uma coisa me incomoda.

Em algum momento, parece que decidimos que, para um advogado usar inteligência artificial de verdade, ele também precisa virar um pequeno programador.

Não basta mais conhecer Direito.

Agora ele precisa aprender prompt engineering, automações, agentes, APIs, webhooks, n8n, RAG, banco de dados vetorial, embeddings, MCP, integrações entre sistemas, estruturação de dados e uma sopa de siglas que muda a cada seis meses.

E eu me pergunto:

era isso mesmo que a inteligência artificial deveria trazer para a advocacia?

Porque, na minha visão, estamos correndo o risco de transformar uma tecnologia criada para simplificar o trabalho em mais uma camada de complexidade dentro do escritório.

RESPOSTA DIRETA

O que você precisa saber

O advogado não precisa se tornar programador para usar inteligência artificial com responsabilidade. O que importa é escolher soluções que reduzam trabalho repetitivo, preservem contexto, protejam dados e mantenham a revisão humana nas

decisões relevantes.

Neste artigo

1. O problema não é a IA. Muito pelo contrário.
2. Criamos uma nova obrigação para o advogado
3. Se o advogado precisa construir a solução, alguma coisa está errada
4. Existe uma diferença enorme entre usar tecnologia e construir tecnologia
5. O advogado tem um problema muito mais valioso para resolver
6. A hype também cria soluções para problemas que não existem
7. A melhor IA talvez seja aquela que o advogado quase não percebe
8. O objetivo da IA deveria ser devolver o advogado à advocacia
9. Advogado não precisa virar programador
10. E existe um problema anterior à própria IA
11. Foi exatamente essa percepção que me fez olhar de outra forma para o BigAdv

O problema não é a IA. Muito pelo contrário.

Antes que pareça uma crítica à tecnologia, quero deixar minha posição muito clara.

Eu acredito profundamente no impacto que a inteligência artificial terá na advocacia.

A discussão, para mim, já deixou de ser se advogados devem ou não usar inteligência artificial.

A pergunta interessante agora é outra:

“Como devemos fazer a inteligência artificial chegar ao advogado?”

E é aí que acredito que estamos errando.

Criamos uma nova obrigação para o advogado

Observe o conteúdo sobre IA jurídica que circula atualmente.

O advogado é incentivado a criar agentes.

Depois precisa conectar esses agentes ao sistema.

Então precisa aprender como funciona uma API.

Depois aparece um tutorial de n8n.

Em seguida entra RAG.

Depois banco vetorial.

Agora MCP.

Logo surge engenharia de contexto.

E amanhã certamente teremos uma nova tecnologia que substituirá parte dessas.

Todas essas tecnologias são interessantes.

Eu trabalho com tecnologia e acho várias delas fascinantes.

Mas esse é justamente o ponto: eu trabalho com tecnologia.

Um advogado deveria precisar entender tudo isso para conseguir fazer seu escritório funcionar melhor?

Na minha opinião, não.

Se o advogado precisa construir a solução, alguma coisa está errada

Imagine se fizéssemos isso em outros setores.

Para usar um ERP financeiro, o diretor financeiro precisaria aprender SQL?

Para vender pela internet, o empresário precisaria entender como funciona o protocolo HTTP?

Para usar um banco digital, o cliente deveria aprender arquitetura de microsserviços?

Para dirigir um carro moderno, precisaríamos estudar o software responsável pela injeção eletrônica?

Claro que não.

Toda grande tecnologia evolui justamente na direção contrária.

Quanto mais sofisticada ela fica por dentro, mais simples deveria ficar por fora.

O usuário não deveria precisar conhecer a complexidade interna.

E é exatamente isso que espero da inteligência artificial aplicada à advocacia.

Se, para automatizar o recebimento de uma publicação, interpretar seu conteúdo, associá-la ao processo, identificar uma possível providência e criar uma tarefa, o advogado precisa montar cinco integrações, configurar três agentes e assistir a quatro horas de tutorial, talvez não tenhamos automatizado o trabalho.

Talvez apenas tenhamos transferido o trabalho do advogado para outra área que ele também passou a executar.

Existe uma diferença enorme entre usar tecnologia e construir tecnologia

Essa diferença está ficando embaralhada pela hype.

O advogado precisa entender inteligência artificial?

Sim.

Precisa conhecer suas limitações?

Sem dúvida.

Precisa saber que uma IA pode errar, entender os riscos envolvendo dados dos clientes, saber revisar resultados e identificar onde a tecnologia pode aumentar sua produtividade?

Absolutamente.

Mas existe uma distância enorme entre isso e exigir que ele saiba construir a infraestrutura necessária para fazer a IA funcionar.

Eu gostaria que um advogado soubesse perguntar:

“Essa informação veio de onde?”

“Posso confiar nesse resultado?”

“Os dados do meu cliente estão protegidos?”

“Quem revisa essa atividade?”

“Quanto tempo estamos economizando?”

“Qual é o risco desse processo automatizado?”

“Isso está integrado ao histórico do cliente e do processo?”

Essas são perguntas importantes.

Agora, se ele precisa perguntar qual banco vetorial será usado, como configurar o webhook, qual nó colocar no n8n ou como estruturar o JSON retornado pela API, já estamos entrando em outra profissão.

E não há absolutamente nada de errado com essa profissão.

O erro está em imaginar que **todo advogado precisa se transformar em um profissional de tecnologia para exercer uma advocacia moderna.**

O advogado tem um problema muito mais valioso para resolver

Existe um custo escondido nessa corrida atrás da tecnologia.

É o custo do foco.

Cada hora que um advogado passa tentando descobrir por que uma API não autenticou é uma hora em que ele não está estudando um processo, construindo uma tese, conversando com um cliente, negociando, desenvolvendo estratégia, liderando sua equipe, prospectando ou tomando decisões sobre seu escritório.

É claro que existem advogados que gostam de tecnologia e vão querer aprender tudo isso.

Ótimo.

O problema começa quando transformamos essa exceção em requisito para o exercício de uma advocacia moderna.

Começamos a criar a impressão de que o advogado que não montou seu próprio agente, não criou uma automação no n8n e não sabe o que significa RAG está ficando para trás.

Eu não concordo.

Talvez ele simplesmente esteja ocupado sendo advogado.

A hype também cria soluções para problemas que não existem

Existe outro efeito dessa corrida.

Quando começamos pela tecnologia, passamos a procurar lugares onde colocá-la.

“Precisamos criar um agente.”

Para quê?

“Precisamos implementar RAG.”

Qual problema estamos tentando resolver?

“Vamos automatizar isso.”

Isso deveria ser automatizado?

“Vamos conectar IA ao banco de dados.”

Para obter qual resultado?

Essa ordem está invertida.

O ponto de partida deveria ser o escritório.

Onde estamos perdendo tempo?

Onde acontecem erros?

Onde existe trabalho repetitivo?

Onde uma informação precisa ser digitada duas vezes?

Onde um advogado está executando uma atividade que poderia ser realizada pelo sistema?

Onde uma decisão depende de informações que já existem, mas estão espalhadas?

Depois identificamos a tecnologia necessária.

Não antes.

Para mim, esse deveria ser o centro da conversa.

Não a ferramenta.

O processo.



Quando a tecnologia fica a serviço do processo, o foco volta para a decisão jurídica.

A melhor IA talvez seja aquela que o advogado quase não percebe

Essa é uma visão que tenho defendido cada vez mais.

A verdadeira revolução da IA jurídica talvez não aconteça quando todo advogado abrir uma janela de chat para conversar com uma inteligência artificial.

Ela acontecerá quando a inteligência estiver distribuída silenciosamente pelo escritório.

Uma publicação chega e o sistema entende seu conteúdo.

Um processo recebe um novo andamento e a informação relevante é destacada.

Uma mensagem de cliente chega e o histórico daquele cliente já está disponível.

Uma tarefa é criada porque determinada condição aconteceu.

Um gestor recebe um alerta porque alguma operação saiu do padrão.

Um documento é preparado utilizando as informações que já existem no sistema.

Um cliente recebe uma informação sem que alguém precise copiar e colar dados entre três plataformas.

O advogado não precisa saber quantos modelos de linguagem, agentes, APIs, bancos de dados ou automações existem por trás disso.

Ele precisa perceber que o trabalho aconteceu melhor.

Essa, para mim, é tecnologia bem aplicada.

O objetivo da IA deveria ser devolver o advogado à advocacia

Existe uma frase repetida exaustivamente no mercado:

“A IA não vai substituir o advogado. O advogado que usa IA vai substituir aquele que não usa.”

Talvez.

Mas eu acrescentaria outra reflexão.

O advogado que passar boa parte do seu tempo tentando construir sua própria infraestrutura tecnológica também corre o risco de competir pior com aquele que simplesmente utiliza uma boa infraestrutura pronta.

Tecnologia deveria gerar alavancagem.

Deveria permitir que uma equipe fizesse mais com menos esforço.

Deveria eliminar tarefas mecânicas.

Deveria organizar informação.

Deveria reduzir erro.

Deveria melhorar a capacidade de decisão.

E, principalmente:

deveria permitir que o advogado dedicasse mais tempo àquilo em que realmente gera valor.

Estratégia.

Conhecimento jurídico.

Negociação.

Relacionamento.

Julgamento.

Criatividade.

Capacidade de compreender um problema humano e encontrar para ele uma solução jurídica.

Se a inteligência artificial está fazendo o advogado gastar cada vez mais tempo configurando ferramentas, talvez estejamos usando uma tecnologia revolucionária para criar um problema que antes não existia.

Advogado não precisa virar programador

Minha visão sobre IA para advocacia é relativamente simples.

O advogado precisa ser um excelente usuário de inteligência artificial, não necessariamente um excelente construtor de inteligência artificial.

Ele precisa aprender a trabalhar com ela.

Precisa saber seus limites.

Precisa entender onde confiar e onde revisar.

Precisa repensar seus processos.

Precisa saber quais dados possui.

Precisa questionar seus fornecedores.

E precisa descobrir quais atividades humanas se tornam ainda mais valiosas quando a máquina assume o trabalho repetitivo.

A complexidade técnica continuará existindo.

Alguém precisará construir agentes.

Alguém precisará integrar sistemas.

Alguém precisará estruturar bancos de dados.

Alguém precisará cuidar das APIs, permissões, modelos, logs, segurança e infraestrutura.

Só não precisamos transformar todos os advogados nessas pessoas.

Da mesma forma que o advogado não precisou virar administrador de banco de dados para abandonar as fichas de papel, ele não deveria precisar virar engenheiro de IA para aproveitar a próxima transformação da advocacia.

E existe um problema anterior à própria IA

Hoje já existem diversos softwares jurídicos tentando resolver partes dessa equação.

O problema, na minha visão, é que a maioria deles nasceu olhando quase exclusivamente para o jurídico: processo, prazo, publicação, documento.

Só que um escritório de advocacia não é composto apenas pelo jurídico.

Existe atendimento.

CRM.

WhatsApp.

Financeiro.

Cobrança.

Nota fiscal.

Documentos.

Contratos.

Tarefas.

Equipes.

Indicadores.

Relacionamento com o cliente.

Operação.

E quando cada uma dessas áreas está em um sistema diferente, começamos a criar uma enorme colcha de retalhos tecnológica.

Integra-se o software jurídico ao financeiro.

O financeiro ao emissor de notas.

O WhatsApp ao CRM.

O CRM ao sistema jurídico.

Depois colocamos uma ferramenta de automação no meio.

Depois uma IA por cima.

Depois outro conector para tentar fazer tudo conversar.

Criamos tantas integrações que acabamos dificultando justamente a integração mais importante desta nova geração de software: a integração com a inteligência artificial.

Porque IA precisa de contexto.

E contexto não é apenas saber qual foi o último andamento do processo.

Contexto é saber quem é aquele cliente, quais conversas já aconteceram, qual é o contrato, quais são os pagamentos, quais tarefas estão abertas, quais documentos existem, quais pessoas estão envolvidas, o que aconteceu anteriormente e qual é o estado atual daquela operação.

Quando essas informações estão espalhadas em cinco, dez ou quinze sistemas diferentes, dar contexto à inteligência artificial deixa de ser um problema simples. A organização de documentos e informações é uma base importante: veja também [como a gestão documental apoia a advocacia](#).

Voltamos para APIs.

Webhooks.

Sincronizações.

Permissões.

Duplicidade de dados.

Falhas de integração.

E novamente alguém precisa administrar toda essa complexidade.

Foi exatamente essa percepção que me fez olhar de outra forma para o BigAdv

Eu conheço muitos softwares jurídicos.

Mas o [BigAdv.com.br](https://www.bigadv.com.br) é, até hoje, o único que conheço que foi construído efetivamente com a lógica de um **ERP jurídico — um sistema operacional completo para o escritório de advocacia**, e não apenas como um gerenciador de processos.

Isso muda bastante a discussão sobre inteligência artificial.

Quando processo, atendimento, WhatsApp, documentos, tarefas, equipes, financeiro, cobrança, relacionamento com o cliente e outros elementos da operação estão dentro de um mesmo ambiente, a IA deixa de enxergar pequenos fragmentos do escritório e passa a ter condições de interpretar **o contexto completo da operação**.

Não é necessário construir uma enorme arquitetura paralela apenas para descobrir quem é o cliente, o que aconteceu com ele, quanto deve, quais mensagens enviou, qual é seu processo ou qual tarefa precisa ser executada.

A informação já faz parte do mesmo ecossistema.

E acredito que esse será um dos grandes diferenciais dos sistemas jurídicos nos próximos anos.

Não será simplesmente quem colocar um botão escrito **“IA”** dentro do software.

Será quem conseguir oferecer à inteligência artificial contexto suficiente para compreender o escritório como um todo.

Porque a verdadeira vantagem da IA não está apenas no modelo utilizado.

Está na qualidade e na amplitude do contexto que conseguimos entregar a ele.

Talvez o melhor sinal de que finalmente amadurecemos no uso da inteligência artificial seja justamente quando pararmos de falar tanto sobre a tecnologia.

E voltarmos a falar sobre o problema que ela resolveu.

No final, a melhor tecnologia não é aquela que faz o advogado parecer programador.

É aquela que permite que ele volte a ser advogado.